

Corpos dissidentes no espaço universitário: temporalidade, perspectivas e necessidades de mulheres mães universitárias¹

Natália Yolanda de Carvalho Araújo

Graduanda de Ciências Sociais – Licenciatura/UFRN

RESUMO

O artigo discute as maternagens sob a luz das intersecções de raça, classe e geração para problematizar a (r)existência de mulheres mães universitárias e os seus direitos enquanto corpos ocupantes na universidade pública. A ordem social é problematizada numa análise geracional através de entrevistas com cinco mulheres mães que apresentam diferentes recortes interseccionais e experimentam/ram maternagens distintas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, *campus* Natal. Apesar de específicas e repletas de interseccionalidades que apontam para experiências únicas e diversas, as respectivas histórias de vida encontram similitudes no que se refere a vivências transpassadas pelo amor, vergonha, culpa e medo, trazendo à tona a necessidade da construção de uma universidade cuidadora.

Palavras-chave: Antropologia urbana; Maternagens; Mães universitárias; Corporalidades; Direitos.

Dissident bodies in the college environment: temporality, perspectives and needs of college mothers

ABSTRACT

This paper discusses the motherings under the light of the intersections between race, class and generation to question the (r)existence of college mother women and their rights as bodies who occupy the public universities. The social order is questioned in a generational analysis through interviews with five mothers who present different intersectional indentures and experience or have experiences different motherings in the Federal University of Rio Grande do Norte, *campus* Natal. Although specific and full of intersectionalities that point to unique and diverse experiences, the respective life stories have similarities regarding experiences transpassed with love, shame, blame and fear, bringing the need of a caring university to the surface.

Keywords: Urban anthropology; Motherings; college mothers; Corporeality; Rights.

Cuerpos disidentes em el espacio universitario: temporalidad, perspectivas y necesidades de mujeres madres universitarias

RESUMEN

El presente artículo discute las maternidades bajo la luz de las intersecciones de raza, clase y generación para problematizar la (r)existencia de mujeres madres universitarias y sus derechos como cuerpos ocupantes en la universidad pública. El orden social es cuestionado en un análisis generacional a través de entrevistas con cinco mujeres madres que presentan distintos recortes interseccionales y experimentan/experimentaron maternidades distintas en la Universidad Federal de Rio Grande do Norte, *campus* Natal. Aunque específicas y llenas de interseccionalidades que apuntan experiencias únicas y diversas, las respectivas historias de vida encuentran similitudes en lo que toca lo vivido transpasado por el amor, la vergüenza, la culpa y el miedo, develando la necesidad de la construcción de una universidad cuidadora.

Palabras clave: Antropología urbana; Maternidades; Madres universitarias; Corporalidades; Derechos.

Introdução

A partir de demandas vindas da problematização em antropologia e da abordagem teórica interseccional, o artigo debate a democratização do contexto universitário numa perspectiva geracional de ascensão das classes populares e rompimento com a ordem social hegemônica que era característica desse ambiente, numa (r)existência de mulheres mães universitárias, as quais rompem com essa homogeneidade, possuindo vivências e afetividades que proporcionam o debate sobre cuidados, espaço público e direitos de sujeitas universitárias que são mães.

O caminhar rumo a uma antropologia que considere afetividades, na respectiva pesquisa, é uma via de mão dupla: essas mulheres discutem corporalidades e experimentações afetivas, assim como foram acessadas por mim com base nelas. Não compartilho o lugar social de mulher-mãe universitária, mas possuo a especificidade de filha de uma discente a qual lidou com esse contexto de vida, nesse sentido, pude me conectar com essas sujeitas em diversos níveis e construir um diálogo com elas. Abordar essas narrativas busca contribuir com o seu não apagamento universitário e social, assim como com um balanço antropológico que se atente às similitudes e especificidades nas experimentações desses corpos no espaço da Universidade Federal do Rio Grande do Norte através do recorte geracional.

A problemática objetiva interpretar narrativas de mulheres urbanas que tenham sido mães universitárias no período anterior ao crescimento de políticas públicas na UFRN (antes de 2010) e estudantes no período vigente (a partir do ano de 2015) na cidade de Natal. Com foco em como cada ciclo temporal experimenta corporalidades particulares e barreiras no acesso às universidades, discute-se, a partir da utilização metodológica de entrevistas semiestruturadas com 5 sujeitas-guia e de uma etnografia para estudar o campo, quais corpos ocupam/ocuparam esse espaço, assim como as formas pelas quais essas experimentações se deram. O trabalho objetiva contribuir com a compreensão dessas vivências, como também com a formação de um horizonte de políticas públicas que considere sua imprescindibilidade de forma abrangente.

Essas experiências apontam para as interseccionalidades como essenciais para compreender marcadores sociais distintos que influenciam nas vivências das maternagens, especialmente através do recorte de raça, geração e classe. Contudo, ao acionar a categoria de temporalidade, são observadas congruências de experimentações de corporalidades das

sujeitas enquanto discentes e mulheres, tal qual no que se refere às formas de cuidados, rede de apoio e as afetividades acionadas nesse cenário: o amor, a culpa, a vergonha e o medo. Esses aspectos reverberam na necessária construção conceitual/prática de universidades cuidadoras e de pesquisas empíricas sobre a referida temática.

Referencial teórico

O conceito de maternagem ressignifica práticas de cuidados colocadas socialmente como de exclusiva responsabilidade feminina através do termo maternidade. Pautar a abordagem sob a luz dessa formulação compreende e amplia um horizonte de narrativas divergentes para além da instituição patriarcal, visando empoderar e discutir ideais e normas que fazem parte dessas formas de exercer o cuidado do outro e de si. A partir disso, a diferenciação teórica entre os conceitos de maternidade e maternagem permeia todo o trabalho. A primeira é entendida como uma concepção cunhada pelo patriarcado, o qual segundo Gayle Rubin (1993) é uma instituição social de dominação masculina e que remete ao Velho Testamento. Sobre a distinção entre esses termos, Andrea O'Reilly é tomada como base conceitual:

(...) a distinção, cunhada por Rich, entre maternagem e maternidade foi o que permitiu que as feministas reconhecessem que a maternidade não é naturalmente, necessariamente ou inevitavelmente opressiva. Em vez disso, a maternagem libertada da maternidade, poderia ser experimentada como um lugar de capacitação e de mudança social se, recorrendo às palavras de Rich, as mulheres “desobedecessem às leis da instituição da maternidade”. No entanto, na maioria dos debates do feminismo acadêmico, essa crucial diferença entre a instituição e a experiência ainda não é reconhecida, nem compreendida. Como resultado, confunde-se maternagem e maternidade, de modo que a condição materna é considerada unicamente e exclusivamente como uma entidade patriarcal. (O'REILLY, 2016, p. 92).

Nessa perspectiva, a maternidade é compreendida no artigo como parte da ordem social brasileira que visa moldar o ser mulher mãe e o cuidado em todos os ambientes sociais possíveis. Segundo Durkheim (1999), a divisão social do trabalho funciona enquanto gerador de solidariedade, mas, além disso, ela supera apenas uma utilidade econômica (especialmente no sistema capitalista), pois forma uma ordem social (a qual consiste nas normas, regras, costumes que determinam as relações sociais) e moral *sui generis*. Em complementação da abordagem teórica utilizada na pesquisa, de acordo com

Karl Marx e Engels (2002), o processo do materialismo histórico-dialético tem como suporte da formação social a sua infraestrutura, que seria determinada pelo grupo detentor da base econômica da sociedade, o que gera a chamada superestrutura, composta por instituições, cultura, etc.

Conforme a reflexão conjunta desses autores, a ordem social das instituições universitárias seria determinada historicamente pelo fator econômico citado. Cabe ressaltar que discutir a elite financeira no Brasil não é dissertar apenas sobre aspectos referente à classe, mas sobre marcadores sociais que englobam esse processo: no caso brasileiro, ela é formada principalmente por homens que se denominam *héteros*, *crístãos*, *zis* e *brancos*; recortes que não podem ser esquecidos em um país marcado pela escravização de indígenas e afrodescendentes, que historicamente passou por processos de opressão contra as mulheres e aos grupos que (r)existem no país ao romper com essa ordem social, os quais têm prosseguimento atualmente.

A ordem social é de que as mulheres são as responsáveis a partir de quase uma vocação pelas crianças, nesse sentido, enquanto ambiente social, a universidade se defronta com dilemas perante o fato de que mulheres mães estão nesse ambiente, não projetado para elas e suas crias. As instituições sociais, numa relação dialético-histórica, constroem e são desenvolvidas historicamente por aspectos morais que caracterizam a ordem social, a qual contribui com a formação de relações de hierarquização, poder e dominação. Em contrapartida, a resistência dos sujeitos estigmatizados por fugir da ordem presente em ambientes como o espaço universitário público, através das mulheres que maternam nas instituições de ensino superior, transforma vivências em resistências.

Boaventura Santos (2011) coloca a questão da falha na democratização do acesso às universidades, aspecto fundamentado em mérito e privilégio na maioria dos países. Abordar experimentações e vivências de mulheres mães também é pleitear a democratização do conhecimento de nível superior público e questionar a complexa estrutura que rege esses sistemas de significação. A mudança na ordem social vigente possui diversas amarrações, pois trata da reconstrução de uma *moral sui generis* que não é alterada em algumas décadas por ser embasada em aspectos históricos, os quais geram uma consciência coletiva acerca de estruturas sociais de forma inconsciente que se materializam nas formas de dominação e violências simbólicas nas universidades públicas no que se refere ao maternar.

No debate sobre a ordem social, a alteração do espaço universitário e da moral presente nele só podem ser discutidas considerando o cenário histórico que o formou e

que contribui na sua constituição atual. O recorte de gênero é aspecto fundamental a ser refletido na deliberação preliminar sobre as maternagens. Segundo Elisabeth Badinter (1985), os séculos XVIII e XIX são fundamentais para a constituição do papel da boa mãe, período em que se inicia a era de provas de amor no que tange a temática. A vida das mulheres é pautada a partir dos filhos e da responsabilidade sobre as crias, aspectos relacionados à construção de um imaginário social acerca da maternidade. Badinter examina o mito do amor materno e o seu papel:

A maternidade torna-se um papel gratificante pois está agora impregnado de ideal. O modo como se fala dessa "nobre função", com um vocabulário tomado à religião (evoca-se freqüentemente a "vocação" ou o "sacrifício" materno) indica que um novo aspecto místico   associado ao papel materno. (BADINTER, 1985, p. 223).

Badinter   autora can nica essencial no desvelamento de práticas sociais e da moral inglesa dos séculos XVIII e XIX. Contudo, as suas análises não discorrem sobre o Brasil, tampouco consideram a interseccionalidade de raça, primordial no debate brasileiro. Apesar disso, as concep es abordadas por ela sobre o ideal de boa mãe se apresentam no campo: no discurso das entrevistadas, nas idas e vindas dessas mulheres no decorrer do seu dia a dia e nas afetividades que relatam. Por isso, apesar de narrativas imersas em um contexto específico repleto de intersec es, a teórica   base conceitual importante.

Os ideais sobre ser mãe, para além de influenciar nas vivências das sujeitas pesquisadas, constituem a sociedade e adentram na dinâmica de intera o social da universidade, gerando conflitos entre corporalidades distintas. A concep o de corpos dissidentes surge no trabalho como característica das experimenta es das mulheres mães universitárias pesquisadas. A conceitua o da pesquisa segue o debate trazido por Judith Butler (2015), referentes aos corpos como indicadores de si, mas sobretudo, manifesta es de questões e tensionamentos. O questionar "Que corpos chegam a importar? E por qu ?" (Butler, 2015, p. 16)   aspecto fundamental na problematiza o de maternagens que rompem com a hegemonia de espaços sociais, a exemplo das universidades públicas, e das corporalidades de mulheres mães, as quais circunscritas nessa estrutura o cultural e social, são dissidentes. María Luz Esteban também possui problematiza es essenciais para essa discussão:

Nas perspectivas mais recentes, o corpo não é um objeto de estudo, nem um mero sinal, símbolo, significado ou espelho e mediador da cultura, mas o objeto central da investigação: um corpo epistemologicamente órfão, prisioneiro em um dispositivo de dominação (citando a Foucault), mas ao mesmo tempo livre dela, um corpo agente, sujeito. (ESTEBAN, 2008, p. 137, tradução da autora).

Esses corpos são dotados de sentidos essenciais para compreensão do mundo universitário, pois sofrem opressões específicas e direcionadas nesse espaço, mas são sujeitos ativos e transformadores de realidades. As questões e desigualdades que enfrentam se interligam também a partir das gerações, que segundo Parry Scott (2010) se relacionam nas famílias, mas também para além delas, em referência a um acontecimento histórico que conecte essas pessoas para além da idade ou parentesco em si.

A partir desses fatores, a pesquisa discute a experimentação desses corpos em relação aos direitos de mulheres mães universitárias, os quais vão para além de auxílios e demandas, mas permeiam as possibilidades e afetividades presentes no cuidado de si e do outro. Segundo Laura Pautassi, o cuidado é também um problema de garantia de direitos:

A rigor, o problema do cuidado e de quem o exerce (para si ou para outros) refere-se a um problema do exercício de direitos, quando estão acordados, ou em caso contrário de diminuição de desigualdades, como condição de uma política pública. Os dois casos, nos remetem a um debate no qual se cruzam direitos, desigualdades e política, em consonância com as demandas feministas clássicas e seus desenvolvimentos teóricos. (PAUTASSI, 2010, p. 31, tradução da autora).

Dessa forma, apesar da constituição da ordem social anteriormente citada no ambiente universitário e da mudança de pautas necessárias trazidas pelos corpos que o ocupam, estar em um espaço não sendo um corpo pertencente à hegemonia pautada nele não anula a sua existência, tampouco estratégias de resistência. Na pesquisa é elencada a necessidade de uma universidade que considere seus ambientes físico, cultural e social como partes ativas nas questões de cuidado e de pertencimento de mulheres mães. Mesmo não sendo maioria do número de estudantes nas universidades, principalmente antes das políticas de permanência estudantil, esse público é grupo presente nesse universo e possui pautas que questionam cada vez mais a constituição de lugar, direitos e relações nas universidades públicas do país.

A ordem social do ambiente universitário e o rompimento da hegemonia

Em 1956, as mulheres eram 26% das matriculadas no ensino superior no Brasil, no ano de 1971 o número se aproximou dos 40% (BARROSO e MELLO, 1975), contudo, segundo Moema Guedes (2009), esses números se inverteram apenas no início dos anos 2000, quando as mulheres foram 60% das concluintes. Nessa perspectiva, crescem e são criadas inúmeras bolsas e programas de auxílios, que variam de acordo com a instituição de ensino superior pública e visam atender/apoiar pelo menos de forma parcial esse público e suas demandas. Como exemplo, é possível citar o inciso VIII do artigo 3º do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), regulamentado em 2010, no qual está a obrigatoriedade do desenvolvimento da área “creche”. O projeto de lei 7.187-A/2017 também surge na perspectiva de busca da garantia de creches nas instituições de ensino superior que futuramente venham a ser concretizadas no país.

Na UFRN, instituição campo da pesquisa, a resolução N° 169/2008, referente aos programas de auxílio estudantil, inclui diversos programas na universidade, contudo, o auxílio creche é institucionalizado apenas quatro anos depois, pelo decreto N° 027/2012. A política na instituição atualmente possui o valor mensal atual de R\$200,00 para crianças até 6 anos incompletos e conta com critérios socioeconômicos de participação avaliados pelo serviço social da universidade. O montante foi duplicado no ano de 2018 devido a diversas manifestações estudantis, principalmente no Setor de Aulas II, em repúdio à expulsão de uma estudante mãe e de sua filha numa sala de aula da UFRN no mesmo ano, caso que se tornou viral nacionalmente e fez transbordar o debate acerca da permanência e direitos das mulheres mães universitárias.

Apesar da existência de políticas públicas responsáveis pela alteração da constituição social desse ambiente, elas não foram acompanhadas por uma resignificação do espaço universitário e das suas relações de dominação para a instituição de direitos de uma forma ampla. A tentativa de quebra nessa hierarquização das universidades brasileiras feita através das políticas públicas encontra diversas dificuldades, principalmente com a cristalização da ordem social que compõe esse ambiente na consciência coletiva, o que gera disputas pelo seu rompimento a partir de uma maior diversidade de sujeitos sociais.

Nesse contexto, surgem conflitos de ritmo diverso na apropriação das mudanças que envolvem a democratização e popularização do ensino público, ampliando a circulação e existência desses corpos. As corporalidades das mulheres mães estudantes universitárias, são lidas enquanto dissidentes, pois na mudança do âmbito de ensino superior público, precisam se reinventar e resistir diante das realidades e desafios da

maternagem nesse ambiente, que contemplam aspectos da logística de conciliar as diversas intersecções expressas através de seus corpos, lidos no trabalho como sua experimentação do mundo e base para discussão do materno.

Metodologia

A pesquisa faz uso da etnografia realizada na UFRN e de entrevistas com mulheres mães para além do método, mas como construção/compreensão dessas narrativas, ponderando o perfil delas, sua assistência por políticas, vivências de maternagem e estratégias de (r)existência na universidade. A etnografia realizada na pesquisa é feita no caminhar e observar o dia a dia da UFRN nos seus 3 turnos de funcionamento, especificamente nos ambientes dos corredores de aula e nas paradas do ônibus circular do *campus* Natal. Contudo, ao trabalhar o recorte temporal, pela impossibilidade de observação e participação da geração anterior trabalhada (antes de 2010), a metodologia etnográfica é deslocada como ferramenta de contextualização do ambiente universitário atual. Para além da observação de ambientes, ela é realizada sobretudo com as sujeitas-guia, buscando dar forma para as experimentações obtidas por elas, acerca de como vivenciam/ram suas rotinas como indivíduos sociais e mulheres mães universitárias.

A partir do conceito metodológico embasado na concepção de usuário-guia (JORGE; MOEBUS; SILVA, 2016), o qual representa um sujeito caracterizado por cuidados e vivências que proporcionam uma abordagem por vertentes sociais diferentes, a pesquisa discute sujeitas-guia com distintas experimentações das maternagens que orientam o caminhar da pesquisa na UFRN. O conceito foi abstraído e utilizado numa perspectiva mais ampla que visa contemplar diversas intersecções sociais a partir da análise das maternagens, de forma a construir narrativas embasadas pelos recortes geracionais, de classe, renda e raça. A abordagem teórica interseccional foi cunhada nos anos 80 pela advogada e feminista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw e é uma perspectiva conceitual e metodológica que busca compreender a articulação de marcadores sociais variados, que a partir dessas diversidades, culminam em vivências sociais distintas:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas

específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A interseccionalidade é fator fundamental de análise para construção de uma interpretação antropológica bem embasada, mais próxima de questionamentos e que consiste em buscar significações para apreender experiências e vivências de outras pessoas (ALVES; SOUZA, 1999). Considerando essas questões, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com as contribuidoras que visam construir o passo a passo mais natural possível em uma entrevista: aquele gerado através do diálogo. A estruturação de perguntas surge como necessária, por dar centralidade teórica na discussão empírica e guiar o processo, contudo, a partir das diferentes vivências e intersecções colocadas pelas sujeitas-guia, as perguntas foram adaptadas, assim como outras foram acrescentadas ou eliminadas, de forma a afrouxar tensões presentes pela própria temática.

A presença desses corpos e de suas crias nesse espaço, resistindo e reinventando o cuidado de si e do outro, é aspecto fundamental para apreensão da abordagem metodológica, pois ela é baseada nos corpos enquanto aspectos metodológicos: dotados de vivências, sensações e afetos fundamentais para se pensar a ética da pesquisa e o desenrolar desses mecanismos com base numa ética do cuidado, conceito discutido por Carol Gilligan:

A ética do cuidado nos guia para atuar com cuidado no mundo humano e enfatiza o preço que supõe a falta de cuidado: não prestar atenção, não escutar, estar ausente em vez de presente, não responder com integridade e respeito. (GILLIGAN, 2013, p. 34, tradução da autora).

Nas entrevistas, o cuidado ético se inicia pela utilização de termos de consentimento livres e esclarecidos (TCLE) com as sujeitas-guia. Para além do respectivo termo, é tomada como pauta uma problematização que compreenda as maternagens como fenômenos de estudo social, mas que considere a existência do caráter subjetivo e afetivo como essencial para construção de uma abordagem que não constranja ou seja um gatilho psicológico nas mulheres. O anonimato, garantido no TCLE, é utilizado para resguardar a privacidade das discentes e garantir a sua não identificação, sendo escolha metodológica afirmada diante do fato de intimidades, afetividades e debates institucionais serem retratados. Dessa forma,

são utilizados nomes fictícios elencados por mim, que a partir da minha análise representam uma alusão às suas vivências e (r)existências.

Resultados e discussões

Para compreender as narrativas das maternagens de mulheres mães universitárias a partir da temporalidade, foram selecionadas 5 sujeitas-guia que foram entrevistadas: 3 dessas estudantes mães atualmente da UFRN (duas da graduação e uma doutoranda) e 2 que foram discentes na instituição (uma graduanda e outra mestranda). Cabe ressaltar que todas as discentes são/foram estudantes de cursos nas áreas das ciências humanas, contudo, as suas formações específicas serão resguardadas como parte da afirmação metodológica da ética do cuidado: que dê características e recortes essenciais para a pesquisa, mas que não revele identidades ou abra margem para causar constrangimentos presentes e/ou futuros.

As sujeitas constroem maternagens urbanas conflituosas socialmente, na medida em que a competitividade do capital entra em conflito com o altruísmo presente na lógica do maternar (HAYS, 1996, citada por MENDONÇA, 2014). As narrativas se encontram em diversos aspectos e afetividades, mas assim como as complexidades e experimentações das maternagens, são diversas entre si e por isso são discorridas de forma individual. Citar trechos das entrevistas e discutir de forma teórica dinâmica com essas histórias visa dar visibilidade a essas experimentações, o que move a estruturação do trabalho.

Lélia: “Eu fui mãe quando eu achava que tava preparada”

Uma mulher negra de 58 anos, militante de movimento negro do Estado, mãe de dois filhos e casada, Lélia tinha as crias respectivamente nas idades de 6 e 1 ano no seu período de mestrado da UFRN na década de 90 do século XXI, quando cursou a pós-graduação na instituição. Ao entrar no mestrado, Lélia foi liberada do emprego de professora da rede estadual na época, nesse período, ela morava nas proximidades da UFRN.

A entrevista foi realizada no dia da Consciência Negra, logo, a intersecção representada por uma mulher negra ocupando o espaço universitário surge de forma enfática e transborda a semelhança com Lélia Gonzalez: acadêmica, professora e uma das

fundadoras do MNU (Movimento Negro Unificado) no Brasil. Sobre suas vivências raciais, Lélia coloca:

Então, na verdade minha querida, eu acho que a gente avançou muito com as lutas e etc, mas a cada dia a gente mata um leão, e não é só... é nos ambientes como esse aqui que é extremamente elitista. Embora as pessoas tenham um ponto de vista de conhecimento e elas têm um discurso, mas você vai vendo nas práticas cotidianas como isso vai sendo revelado de diversas formas. É no olhar, é inclusive no jeito, no “neguinha”, porque neguinha é carinhoso, mas de certa maneira ele é extremamente discriminatório. (Lélia, entrevista, 20/11/2019, Natal).

Na sua vivência de maternar, ela afirma na entrevista que foi mãe quando quis e achava que daria conta desse papel. A colaboradora aponta que se direcionou para o aborto duas vezes quando engravidou anteriormente, uma medida relativamente comum entre mulheres, especialmente pardas e pretas, que optam por abortar por diversas motivações, mesmo que queiram ser mães futuramente. Aproximadamente 1 em cada 5 mulheres de 40 anos de idade e moradoras de áreas urbanas já fizeram um aborto de forma ilegal no Brasil (DINIZ, 2010), dados que possuem uma persistência também 6 anos depois (DINIZ, 2016).

Diversas mulheres que abortam no Brasil morrem nesse processo. Aqui, a morte não é entendida apenas no seu aspecto físico e material, mas como estado afetivo, moral, espiritual e psicológico que oprime essas mulheres. Se sobrevivem, lidam com as consequências de fazer um aborto criminalizado em um país que religiosamente também o condena. Nesse contexto, o aborto possui característica de um tabu e identificar mulheres que já passaram por isso exige esforço (VALPASSOS, 2013).

Na medida em que teve filhos e que começou a exercer sua maternagem de forma contínua, tal qual de modo concomitante a outros papéis e obrigações, Lélia aponta que seu cotidiano sofreu diversas alterações. Acerca da rotina no que se refere ao conciliar o maternar no contexto universitário com outros aspectos da vida, a colaboradora discorre que os cuidados se exerceram de forma intensa:

É tipo assim: você passa o dia inteiro praticamente fora, você vai em casa, você ia, você volta, você não... aí você tem que preservar alguns momentos intensos, que é diferente da mãe que se dedica assim a casa né, ou seja, que tem um tempo todo disponível para casa, mas eu não tive essa experiência, a minha vida foi o tempo inteiro e casa e a rua, a casa e a rua. (Lélia, entrevista, 20/11/2019, Natal).

Ainda sobre o ser mulher mãe e universitária, a interlocutora coloca a sua visão sobre a união dos papéis de mulher, mãe e estudante, sendo essencial na sua perspectiva a existência da sua rede de apoio, Lélia aponta que ainda enfrentou diversas dificuldades mesmo a possuindo:

É um sofrimento na verdade assim, porque você não tinha essa estrutura, e aí eu contei com apoio, com essa rede, a mãe, sogra, deixava na casa de amigos, e como eu morava perto eu vinha e era essa confusão de momentos, mas inclusive eu tinha uma colega que era professora minha ela disse assim ‘eu não sei como que você consegue fazer as coisas’. (Lélia, entrevista, 20/11/2019, Natal).

A sujeita expõe que sua rede era composta apenas da parte feminina da sua família, o que afirma os aspectos de cuidado e responsabilidade das crias referente às mulheres: “Eu tenho uma família bem extensa assim, extensa de homens, mas só seria minha mãe e minha irmã, e muitas vezes eu fui deixar na casa delas e depois eu ia pegar, tudo de busão né.” (Lélia, entrevista, 20/11/2019, Natal). Além disso, por ser membra do movimento estudantil na época, ela apresenta a importância de rodas e cirandas para sua participação em atividades e o fato de o marido fazer parte do cuidado de forma ativa.

Lélia narra que sua rotina com a filha mais velha ocorria dentro do ambiente universitário e para além dele, nos locais ofertados pela cidade que incluíam espaços infantis: “Tudo quanto tinha colônia de férias que existia aqui, o que existia em Natal ela tava, ela vivia aqui dentro porque não tinha com quem deixar, morava perto e aí arrancava ela” (Lélia, entrevista, 20/11/2019, Natal). Apesar do objetivo inicial de compreensão acerca das mulheres mães especificamente, a discussão acerca dos filhos permeia a narrativa. Nessa entrevista, Lélia apresenta também sobre a vivência das crias no contexto em que viviam, assim como a reação deles perante isso:

‘Aí mãe, porque você abandonou, porque não sei o que’, mas é meio uma chantagem sabe, porque ele sempre foi assim, aí não sei se é porquê é mais velho, aí eu digo ‘eu devia ter ficado mais tempo com eles’ porque assim, quando eu tava nesse processo de formação, batalhando por trabalho e etc, mas eu sempre disse assim ‘eu tô batalhando por eles também’, então o tempo com eles né, eles crescem muito rápido, então foi nesse... que eu não vi... quando eu vi já tavam crescidos. (Lélia, 20/11/2019, entrevista, Natal).

Nesse sentido, ela aponta para semelhanças da sua experiência de maternagem com mulheres mães que são universitárias atualmente, desde dificuldades até recortes de classe: “Você tinha que dispor de grana, quem não tem, não tem como, tem que carregar (o filho)” (Lélia, entrevista, 20/11/2019, Natal). Lélia, que posicionou que nunca recebeu reações negativas ou teve problemas quando levou os filhos para universidade (apesar de trazê-los de forma esporádica) dissertou sobre semelhanças entre o ser mãe universitária hoje e naquela época, principalmente no que tange às dificuldades:

Eu acho assim, eu acho... vamo pensar que as dificuldades que a gente tinha de não ter creche, não ter isso era a mesma, embora isso tenha (na minha época) um pouco mais... mas as dificuldades são as mesmas, principalmente para as mães de origem popular que elas acabam de ter que contar com essa rede de solidariedade, o serviço de creche se você for pensar é durante o dia, e mãe que estuda a noite faz o quê? Porque grande parte dos nossos estudantes de origem popular tão aqui nos cursos noturnos, você faz o quê? (Lélia, entrevista, 20/11/2019, Natal).

A antiga discente da UFRN direcionou possíveis alternativas para um melhor auxílio às maternagens na universidade, como ter uma creche ou criar espaço para mães que encontram dificuldades para ter um local onde deixar seus filhos, o que poderia servir de complementação na formação de profissionais relacionados às áreas educacionais infantis:

Então tem que se criar a creche que é importante, mas se você não tem, tem que criar nos ambientes formas, espaços. Imagina se aqui tivesse um espaço pra que por exemplo aquelas que estão nessa dificuldade e etc, pudesse deixar a sua criança e imagina, contando com os profissionais que estão no processo de formação, porque o pessoal de pedagogia, psicologia, podia ter os momentos de formação com essa criança, como se fosse um estágio ou algo dessa natureza. (Lélia, entrevista, 20/11/2019, Natal).

Quando a entrevista se encerrou, ao me despedir dela, continuamos conversando de forma mais informal enquanto organizava meu material para ir embora. Apesar de assuntos que ainda tratavam sobre experimentações de maternagens, opto eticamente por não discorrer sobre essas questões de forma aprofundada. Elas reforçaram sobretudo as afetividades de culpa e medo ao ir para a universidade com as crias ou ao deixá-las em casa.

Camila: “Eu me sentia mal porque eu tinha medo”

Atualmente com 43 anos, a sujeita-guia tem o nome inspirado na música “Camila, Camila” da banda “Nenhum de Nós”, que narra o enxergar do outro perante uma mulher que sofre violência. Na pesquisa, Camila é uma mulher que se declara como não negra, a qual já tinha a pretensão de se casar com seu companheiro na época que, ao engravidar do primeiro filho, foi morar na casa da mãe. Ela teve 2 filhos antes de entrar numa graduação em 2004 na UFRN: um filho aos 21 anos e a segunda com 23, imersa nesse contexto de cuidados, entrou no ensino superior público. A interlocutora afirmou que nenhuma das suas gestações foram planejadas, mas que desejava ser mãe, principalmente depois de se sentir culpada por realizar dois abortos, que segundo ela, a desestruturaram psicologicamente:

Não, não foi planejada, nenhuma das duas. Mas eu queria muito ter um filho, na verdade eu tive 2 abortos provocados e isso me desestruturou muito psicologicamente. No primeiro aborto a minha família sabia e me apoiou, no segundo eles não sabiam e nem o pai da criança também não sabia. Aí isso me abalou muito e eu queria muito ter um filho, mas não foi planejado, na época eu só usava camisinha, a camisinha estourou e eu engravidei do meu primeiro filho. (Camila, entrevista, 25/11/2019, Natal).

Camila colocou emocionada no decorrer da entrevista que ser mãe para ela foi um projeto de vida, formação de família e uma forma de consolidar um amor que ela tinha pelo ex-marido, o que se relaciona a aspetos religiosos: “Ser mãe pra mim era... ser mãe pra mim foi um sonho que eu pedi a Deus que me concedesse até porque eu tinha feito esses dois abortos e me sentia muito culpada e ser mãe... eu precisava ser mãe pra tirar essa culpa da minha frente” (Camila, entrevista, 25/11/2019, Natal). Nesse momento, a entrevista foi pausada, ofereci um copo de água, parei o gravador e questionei se ela desejava continuar. Após alguns minutos, ela insistiu que continuássemos, logo, seguimos em diálogo.

O ideal de família colocado por Maria Kehl (2008, *apud* MENDONÇA, 2014) é relacionado ao sentimento de busca seguido pela mãe-guia, aumentado pela sensação de culpa por ter feito abortos em um país que criminaliza e marginaliza a temática. Ao ter tido seus filhos, ela traz à tona que se transformou numa nova mulher, mais protetora:

Quando eu fui mãe, foi como se eu tivesse me deixado um pouco a parte e tivesse me transformado numa nova mulher, a mulher protetora, aquela que tinha que proteger os filhos e que pra essa proteção eu tinha que perder... eu costumo dizer brincando que quando eu tive filho eu perdi a vergonha, porque eles dependiam de mim, então eu tinha que defender eles, tinha que cuidar, então eu fiz de tudo e me transformei. (Camila, entrevista, 25/11/2019, Natal).

A sujeita trabalhava num hotel da cidade quando engravidou do primeiro filho, decidindo em conjunto com o companheiro que pararia de trabalhar para cuidar da família. Ao ser questionada sobre como se deu esse processo de mudança de decisão, primeiro pelo trabalho doméstico e depois por fazer uma faculdade, a colaboradora narrou essa passagem e apontou para as dificuldades financeiras que viveu na época enquanto mãe de classe popular:

Quando se é mãe a gente pensa muito nos filhos, então eu pensava muito. Eu já não tinha uma relação muito boa com meu antigo marido, então eu pensava assim o que seria do meu futuro, e quem geralmente fica com os filhos e cuida, e tem responsabilidade é a mãe. Então eu sabia que eu tinha capacidade e que queria algo melhor confesso, não pra mim, mas pra dar uma melhor qualidade de vida pra eles [...]. Nós morávamos num local em que só tinha 2 vãos, não tinha água, não tinha banheiro, não tinha pia, não tinha água, não tinha infraestrutura. Eram apenas 2 vãos, 2 quartos e claro que eu não queria passar o resto da minha vida naquela situação. E meu antigo marido trabalhava muito, mas com 2 filhos, complicado né? Pras questões básicas, leite, *neston*, fralda, era tudo muito caro, então não dava, então por isso que eu comecei a tentar estudar. (Camila, entrevista, 25/11/2019, Natal).

Ela afirmou que quando os filhos não iam para escola ou havia algum imprevisto ela faltava no estágio remunerado em que trabalhava. O marido, por ser empregado em regime de escala (dias e horários de trabalhos alternados), ficava com as crias, ou ela levava os filhos para faculdade. A colaboradora apontou, nesse sentido, para existência do medo ao levar as crianças para esse espaço:

Eu confesso que me sentia mal, não sei se vai perguntar isso... eu me sentia mal porque eu tinha medo, eu tinha medo primeiro da reação das professoras de imediato, de ver uma criança em sala. E em segundo eu tinha medo que eu geralmente levava minha filha, que ela atrapalhasse. Quando eu levava eu sentava lá atrás pra procurar atrapalhar o menos possível e como ela já era mocinha, acho que ela tinha uns 4 anos, eu levava material escolar, papel, lápis de cor, então assim, ela até que gostava, ela ficava prestando atenção da aula. (Camila, entrevista, 25/11/2019, Natal).

Camila apresentou ainda na entrevista a sua experiência de maternagem em paralelo à de mães atualmente e na sua época, narrando a existência de uma rede de apoio na sua família, condições de pagar uma escola para ambos os filhos pelo fato de o marido trabalhar muito e o cenário de apoio dos seus pais, questões que segundo ela, não são universais para todas as mulheres mães estudantes:

Se eu não tivesse tido esse apoio seria muito complicado eu ter dado continuidade ao curso uma vez que na UFRN não dá esse apoio. Então assim, eu acredito que muitas mulheres passaram muita dificuldade além do que eu passei e eu me solidarizo com elas nesse sentido e faço votos que algum dia tenha um equipamento pra receber os filhos das estudantes da UFRN. (Camila, entrevista, 25/11/2019, Natal).

No período discente, ela apontou que estudava nas madrugadas para as disciplinas da universidade, apesar de hoje pontuar não aguentar mais fazer isso, afirmou que a maternagem não foi fácil nessa época, mas que lutou mais na graduação até mesmo para sua turma se orgulhar dela: “Então foi muito difícil, não é fácil ser mãe e buscar qualificação” (Camila, entrevista, 25/11/2019, Natal).

Sobre os cuidados com os filhos antes e depois de entrar na faculdade, ela elencou que acredita ter cuidado bem das crias antes de entrar na universidade e por isso não sentiu culpa nesse sentido, mas narra que tinha medo de acontecer algo ao deixá-los com o pai ou a avó materna. Camila colocou que sentia o fato de as crianças ficarem na escola o dia inteiro, mas que reconhecia que estava fazendo isso por eles:

Eu me sentia mal, mas eu não me torturava por isso [...] Uma coisa assim que eu tenho um nózinho até hoje é que eu queria ter brincado mais com eles, mas eu não podia porque eu tinha que estudar, eu tinha que fazer as coisas, eu tinha que fazer comida, é isso. (Camila, entrevista, 25/11/2019, Natal).

Nesse sentido, existe uma conciliação de papéis: mulher, mãe, estudante, dona de casa e uma das provedoras da família. Além de suprir economicamente a unidade familiar, foi apresentado por ela o processo de ser detentora de orgulho para colegas e para si ao compor essas obrigações. Em relação ao contexto de fomento às políticas públicas e semelhanças e diferenças com relação ao que foi ser mulher, mãe e universitária na sua época e o que é exercer esses papéis atualmente, ela afirmou:

Eu acho que com a questão das cotas principalmente as mulheres tiveram mais oportunidade de ingresso, o problema é que eu não sei quais são os índices de permanência e de conclusão de curso [...] eu acho que com a criação das políticas e de toda a estrutura que oportunizou mais acesso às universidades foi um ganho muito grande pras mulheres e pra fazer diferente, e a consequência disso eu vejo como mais autonomia, menos violência contra a mulher porque elas vão se empoderando, vão tendo mais conhecimento, vão sabendo seus direitos. Então pra mim houve mudança sim e significativa com essas políticas, com a divulgação dessas políticas, com o acesso dessas mulheres mães à universidade. (Camila, entrevista, 25/11/2019, Natal).

Segundo ela, a universidade poderia contribuir de forma diferente para auxiliar as mulheres mães estudantes, como fazer uma residência ou direcionar vagas exclusivas para mães que têm filhos dependentes só delas e que não tivessem mais alguém para cuidar. Além disso, ela citou como possibilidade a construção de uma creche escola em que a estudante pudesse deixar seu filho até a idade em que ele poderia frequentar uma escola comum. No decorrer de toda a entrevista Camila narrou sobre afetividades, mas também às demonstrou no seu desenrolar, em um nítido processo de retorno ao passado.

Marielle: “Tinham muitas coisas que podiam ser feitas com pouca grana, só bastava ter vontade, só bastava enxergar que a gente tá aqui”

Nascida no Rio de Janeiro, mas morando no Rio Grande do Norte há 12 anos, a sujeita-guia tem nome inspirado na vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, socióloga e política assassinada em 2018 em um caso envolto de mistérios e milícias. A estudante da UFRN que denomino de forma fictícia de Marielle tem 25 anos e vem para aulas da sua graduação de ônibus ou de *uber* por pagar disciplinas a noite, que segundo ela, são mais difíceis para voltar de transporte público pelo fato de companheiro chegar tarde para ficar com a filha e ela não poder deixar a menina de 7 anos sozinha depois de chegar da escola particular em que essa estuda.

A sujeita se declarou como uma mulher negra e mora junto com o companheiro há quase 2 anos, tem como fonte de renda uma bolsa de pesquisa na UFRN, o auxílio alimentação ofertado pela faculdade e a pensão que o pai da filha manda no valor de 250 reais, que segundo ela, só paga a escola da criança. A renda que ela recebia por meio do auxílio creche, foi cortada pelo fato de a filha não entrar mais nos critérios de idade do programa, na medida em que completou 6 anos. O pai de Marielle também contribui com

um valor mensal de forma esporádica e segundo ela “Quando está de bom humor” (Marielle, entrevista, 18/11/2019, Natal).

A colaboradora narrou que nunca quis ser mãe, aspecto influenciado pelo fato de ter criado sua irmã mais nova até sair de casa, mas engravidou aos 18 anos não tendo ninguém para apoiá-la e vivenciando uma gravidez extremamente difícil:

Eu literalmente estava sozinha, não tinha ninguém pra me apoiar, minha mãe quando descobriu que eu tava grávida ofereceu até chá pra eu perder o bebê, meu pai me rejeitou durante muito tempo depois que eu tive ela e eu fiquei sozinha pra construir tudo de tipo assim, de construir a casa, as coisas que eu ia ter que ter pra uma criança, pra receber uma criança, e construir esse psicológico pra receber uma pessoa que ia depender de mim. Eu passei fome durante a gravidez, de tipo realmente não ter nada pra comer, e comer na casa dos outros [...] então eu pegava, comprava as coisas do enxoval e meio que ficava sem dinheiro nenhum para comer. (Marielle, entrevista, 18/11/2019, Natal).

Ela apresentou na entrevista que na sua experiência de maternagem passou por uma depressão, influenciada também pelo racismo que sofria na cidade “Eu tive depressão, eu já tinha tido depressão antes e voltou, eu passei por umas situações barra de racismo na cidade [...] e aí eu fiquei muito deprimida” (Marielle, entrevista, 18/11/2019, Natal).

A interlocutora apontou que teve profundas mudanças ao se tornar mãe, desde corporais até ter que pensar e repensar antes de fazer algo, assim como ter diversas preocupações a mais: “Nossa, é difícil. É muito complicado porque a maternidade não é uma coisa linear, tipo sempre é assim, e eu digo que não é linear, não é só pra pessoas diferentes, mas ela não é linear durante a vida do seu filho” (Marielle, entrevista, 18/11/2019, Natal). Além disso, ela narrou também a sua descoberta da gravidez e a sensação desse momento: “Quando descobri que tava grávida e aí foi um baque na sensação de que eu pensei ‘porr*, eu não vou poder fazer essas coisas que eu queria fazer” (Marielle, entrevista, 18/11/2019, Natal).

Nessa perspectiva linear, afirmou que agora, devido à idade da filha, a maternagem é mais bem equilibrada: “Agora é a fase que tá mais tranquilo sabe, mas sempre foi muito difícil, e era situação de que ‘porr* eu amo, mas ao mesmo tempo eu queria só ter uma folga, tá ligado?” (Marielle, entrevista, 18/11/2019, Natal). Segundo ela, atualmente a filha por dialogar mais, faz mais contestações e precisa de mais atenção nesse sentido:

Me dói muito às vezes não poder dar essa atenção, vem a questão da culpa, sempre existiu a culpa de não poder dar uma coisinha melhor, a culpa de enfim, não poder estar presente nos momentos iniciais de tudo, de ouvir todas as coisas, de ver todas as coisas, porque eu trabalhava muito e agora eu me sinto culpada, culpada de não poder dar essa atenção que ela me cobra que não é toda hora. (Marielle, entrevista, 18/11/2019, Natal).

No que se refere aos cuidados com a cria, colocou: “Todas as mães com quem eu converso têm problemas, assim com relação a logística dos filhos, porque por mais que você seja casada, o marido nunca faz do mesmo jeito [...] muito raro um pai ter uma responsabilidade com o filho do mesmo jeito de uma mãe” (Marielle, entrevista, 18/11/2019, Natal). Esses aspectos reforçam a construção da responsabilização do cuidado por parte da mãe e do ideal da mãe propagado pelo patriarcado que reverbera atualmente.

Marielle trouxe a cria para a UFRN muitas vezes, assim como para a faculdade que cursava no interior. Contudo, deixou de trazê-la para a instituição após uma discriminação sofrida por elas pela presença de ambas em sala. Quanto a relação com os professores, ela narrou que existem docentes que: “Você sente que não curte muito [...] você vê que as caras não são muito legais” (Marielle, entrevista, 18/11/2019, Natal), mas que é majoritariamente bem recebida por colegas de turma e educadores.

Ela expôs a dificuldade na sua rotina e sobre a injustiça, na sua opinião, de medir pessoas que cursam universidades e possuem diferentes rotinas sob os mesmos parâmetros: “É isso que muitas vezes os professores falam, é que tipo ‘você precisa se dedicar, isso não pode ser um problema na sua vida’, como se eu pudesse pegar meu filho e jogar no lixo, pegar meu marido e jogar no lixo, não é assim que as coisas funcionam” (Marielle, entrevista, 18/11/2019, Natal).

Marielle apontou as especificidades de ser uma mulher mãe universitária em gerações distintas, que na sua perspectiva continuam as mesmas independente da temporalidade. Ela afirmou que não vê tantas mudanças no âmbito universitário, na medida em que hoje ganham um auxílio creche que tem um valor desproporcional aos gastos de uma mãe, o que faz com que a instituição não cumpra o papel de acolher esse público da forma necessária:

Então eu acho que não mudou muita coisa pras mães de antes pra hoje, o que mudou é que hoje tem uma bolsa que dão pra gente e que não paga nada, porque com 200 [...] era 100 conto, com 100 conto eu não pago nada, eu não pago uma

pessoa, eu não pago uma creche, eu não pago nada, com 100 conto eu pago a merenda pra ela ir pra creche. 200 conto ajuda ok, tem creche que você paga com 200 conto, mas mesmo assim, e aí a universidade se exime totalmente de todo o resto [...] eles dão uma bolsa que pra mim é um tapa boca ‘eu tô te dando isso aqui, cala a boca, você não pode reclamar mais, eu já tô te dando isso aqui’ e aí você não pode reivindicar outras coisas de ter tipo uma coisa mais atenciosa pras mães, de ter um espaço para essas crianças ficarem, um acompanhamento diferente. (Marielle, entrevista, 18/11/2019, Natal).

A graduanda discorreu também sobre obstáculos de ser mãe e universitária, como o de fazer viagens acadêmicas, tanto de campo quanto apresentação de trabalhos em eventos com as crias, que não podem ser transportadas mesmo que essas mães já tenham absoluta e total responsabilidade pelos filhos. Como alternativas, ela pontuou a necessidade de o NEI (Núcleo de Ensino Infantil), que é uma escola infantil de referência em Natal localizada dentro do *campus* e que tem suas vagas destinadas por sorteio, ser prioritário para mães universitárias, por ser um espaço facilitador e já dentro da universidade, podendo ter um horário a noite com estagiários da própria instituição.

Além disso, colocou medidas mais simples no sentido de utilização do espaço da universidade: “A UFRN tem um espaço enorme arborizado, custava botar um balanço? botar um escorrega? Armar uma rede, aquelas redinha assim normal pra uma mãe poder sentar pra amamentar o filho? São coisas muito pequenas que não exigiriam tanto recurso público” (Marielle, entrevista, 18/11/2019, Natal). Complementou ainda nesse sentido que existe a possibilidade de melhorar o espaço universitário para as mães, mas que é preciso vê-las e enxergar suas demandas:

Tinham muitas coisas que podiam ser feitas com pouca grana só bastava ter vontade, só bastava enxergar que a gente tá aqui, enxergar para além das polêmicas, enxergar que são pessoas que elas não precisam só estar aqui, elas precisam permanecer, que entrar é fácil, passar é fácil, difícil é você ficar e passar por essa realidade durante 4, 5 anos passando por isso e não ter vontade de desistir ou não desistir no meio do caminho. (Marielle, entrevista, 18/11/2019, Natal).

Aspectos físicos identificados na etnografia de identificação do campo foram percorridos por Marielle como essenciais para a construção da sensação de pertencimento de mulheres mães que estudam. Na observação, a universidade é um espaço que de cara não aparenta possuir a existência de crianças, na medida em que carece de trocadores infantis nos banheiros e a estrutura física é pensada para seu público principal: jovens e

adultos. Porém, quando me deparei nos corredores de aulas com crianças, notei que elas reinventam esse espaço à sua própria maneira, na medida em que brincam em espaços com pedras em campos abertos, trazendo alguns brinquedos ou brincando no chão. Espaços próprios de troca, direcionados ao lazer ou ao apoio delas não foram identificados de forma ampla.

Lilia: “Nasce um bebê, nasce uma mãe, nasce um eterno senso de culpa”

Uma mulher de 29 anos, Lilia é bolsista em um doutorado iniciado em 2019 na instituição, já tendo experiência na sua área em projetos e como professora federal. Seu nome é inspirado em Lilia Schwarcz, antropóloga e historiadora brasileira branca que discute temáticas como gênero e raça no Brasil. A colaboradora é casada, declara-se como uma mulher não negra e possui uma filha de 2 anos que nunca chegou a trazer para universidade por ela frequentar creche desde os 7 meses. Atualmente a filha fica meio período num grande colégio particular de Natal e meio período na casa da sogra.

Pelo fato de não trazer seus filhos para a universidade, a sujeita traz o recorte de mulheres mães que não levam suas crias para esse espaço, mas continuam existindo com suas particularidades. Ela colocou que acredita que a maternagem no doutorado é mais leve do que no mestrado e, especialmente, em relação à graduação, período em que não sabe se daria conta disso.

Ela narrou que apesar da maternagem e do ideal de formar a família com o marido ser um sonho, sempre pensou em ter filhos só depois da pós-graduação, ideia que mudou após uma doença dele, culminando numa gravidez planejada. Lilia enxerga o ser mãe numa relação com aspectos biológicos e praticamente como um chamado natural/primitivo para a maternagem, apesar de realizar brevemente um contraponto das mulheres que não desejam ter filhos, ela colocou que crê no ser mãe como uma questão biológica:

Eu acho que ser mãe pra mim é uma... é uma realização, eu enxergo quase que como um chamado natural, assim uma coisa biológica, eu respeito, mas eu confesso que eu não entendo quando a mulher diz que pelo menos biológico... eu entendo quando ela faz aquela decisão social de pensar ‘eu não quero ter filhos’, mas eu acho que existe uma demanda biológica assim... dessa coisa bem primitiva mesmo, eu enxergo como isso. Pra mim é uma realização, uma necessidade biologicamente falando, é uma responsabilidade, um desafio. (Lilia, entrevista, 31/10/2019, Natal).

Apesar disso, ela apresentou na entrevista o sentimento de perda porque não é a mesma pessoa de antes, tendo que se reinventar com a maternagem perante uma crise de identidade ao ter que conciliar seu lado profissional, estudante, esposa e mãe, o que fez ela se sentir afogada por tudo isso no doutorado. Sobre a maternagem ela desenvolveu:

Então assim eu acho que a maternidade foi um furacão que passou assim na minha vida, jogou tudo pra cima e depois eu tive que arrumar e aí quando você vai arrumar, as coisas não se encaixam mais como elas se encaixavam antes e aí por mais que eu tivesse planejado, eu tivesse lido, [...] nada te prepara pro real assim, é bem complicado, é bem louco. (Lília, entrevista, 31/10/2019, Natal).

No que se refere às suas afetividades, ela colocou ainda o sentimento de culpa: “Eu acho até que nasce um bebê, nasce uma mãe, nasce um eterno senso de culpa” (Lília, entrevista, 31/10/2019, Natal), a culpa de ser uma mãe negligente por separar um tempo para si. Ela apontou para o questionamento constante acerca da sua motivação na carreira e da preocupação em ser egoísta:

Eu acho que é uma coisa bem louca assim, é um misto de emoções, ao mesmo tempo que é uma felicidade, eu descobri que é uma perda muito grande, porque eu não sou quem eu era antes, então... assim... aquela pessoa que eu era antes não existe mais no sentido de que ela precisou se reinventar e aí eu fui pra terapia justamente um pouco com essa crise de identidade, porque eu não tava conseguindo conciliar o meu lado profissional, meu lado estudantil, meu lado esposa, meu lado mãe, eu tava me sentindo engolida por tudo isso e até que ponto eu me valorizava? Fazia coisas que eu gostava? por exemplo... um exemplo pra você entender: atividade física sempre foi muito importante pra mim principalmente por uma questão de saúde, porque eu tenho fibromialgia e eu não tomo remédio, então eu sempre controlei essas minhas dores musculares com atividade física, e aí chegou um ponto que eu me sentia culpada por deixar a minha filha mais tempo com a minha sogra quando eu saía do trabalho pra poder ir pra academia, então eu fui protelando isso, porque eu achava que eu ia tá sendo tipo uma mãe negligente porque eu tava separando um tempo pra mim [...] então eu acho que eu sofri um pouco com essa síndrome de mulher maravilha de querer dar conta de tudo. (Lília, entrevista, 31/10/2019, Natal).

Lília narrou que apesar das suas realidades social e cultural, as quais influenciaram desde aspectos de renda que a permitem pagar uma escola particular para filha desde bebê, até na presença de uma rede de apoio e de um marido com um horário mais flexível e que assume as suas responsabilidades nos cuidados do dia a dia com a mulher, mesmo assim

atravessou diversas dificuldades em relação a sua maternagem, o que a faz repensar esses aspectos:

Eu reconheço que eu tenho uma realidade muito privilegiada, desde o fato do meu esposo me apoiar, de eu ter uma rede de apoio, de eu ter uma condição financeira boa, então eu sei que tudo isso influencia, mas eu fico imaginando que se mesmo com tudo isso, a maternidade mexeu tanto comigo, principalmente do ponto de vista psicológico, quer dizer, as condições materiais não são suficientes pra garantir uma maternidade tranquila, óbvio que elas pesam muito, mas imagine pra quem né... vivencia isso sem ter. (Líliá, entrevista, 31/10/2019, Natal).

A sujeita-guia foi a única que afirmou realizar um acompanhamento direto com terapia psicológica por um longo período, e colocou que com o referido profissional discutiu a questão da identidade de forma ampla. Na entrevista a problemática foi discutida profundamente por ela, em contexto pessoal referente ao indivíduo, e social, na medida em que narra especificidades de pessoas que possuem essas afetividades, mas que não fazem o respectivo acompanhamento.

Malía: “Eu não queria sentir o amor de uma mãe por um filho, porque é um amor que eu acho que causa muita dependência”

Malía, de nome que alude à cantora negra brasileira Malía, é uma mulher que se declara negra graduanda da UFRN, tem 29 anos e está concluindo o curso. Ela trabalha atualmente numa escola estadual no horário da tarde, atividade exercida enquanto bolsista do Programa Residência Pedagógica. É alagoana, mas mora em Natal há cerca de 19 anos e reside atualmente na Zona Sul de Natal, próximo a uma divisa com o município de Parnamirim. Ela possui um filho de 1 ano e 4 meses e se separou do pai da criança há 9 meses. A sujeita-guia colocou que o filho vai para a universidade com ela de forma recorrente: “Assim que ele nasceu, toda amamentação, o período de amamentação exclusiva foi todo dentro de sala de aula, porque eu tinha aulas todos os dias e todos os dias eu trazia, porque ele só ficou comigo” (Malía, entrevista, 19/11/2019, Natal).

Tendo uma rede de apoio composta principalmente por familiares, Malía apontou que apesar de ficar bem com familiares, o filho não fica muito com o pai. A entrevistada narrou que conseguiu sair sozinha apenas 2 vezes depois que o filho nasceu: “Como eu me separei ele tinha 6 meses, aí que ficou sobrecarregado pra mim, se não fosse minha

mãe pra cuidar dele... eu não sei nem o que fazia, eu acho que nem conseguia vim pra aula nem nada” (Malía, entrevista, 19/11/2019, Natal). A sujeita teve uma gravidez não planejada, na medida em que por saúde pessoal parou de tomar o anticoncepcional:

Eu não tinha vontade nenhuma de ser mãe, eu era aquela pessoa que dizia ‘eu não quero ter filho’, porque eu não queria sentir o amor de uma mãe por um filho. [...] Eu sempre dizia isso: já basta os amores que eu tenho na vida, eu não quero sentir o amor de uma mãe por um filho, porque é um amor que eu acho que causa muita dependência e eu não me vejo tão dependente de um filho por exemplo, eu quero fazer outras coisas, não quero ser mãe. (Malía, entrevista, 19/11/2019, Natal).

Antes de engravidar, em busca de outros métodos contraceptivos e se recusando a tomar anticoncepcional novamente, ela expôs ainda que sua médica não quis colocar o Dispositivo Intrauterino (DIU). Esse último aspecto direciona para a autoridade médica, falta de assistência e respeito à decisão de mulheres que não querem ter filhos por parte de profissionais da saúde, não restando opções amplas de métodos contraceptivos que ampliem a proteção sexual.

Malía passou o processo de gravidez, amamentação e o período atual (no qual o filho possui mais de 1 ano) cuidando da cria na UFRN, que não frequenta creche ou escola. Ela apontou na entrevista que a maternagem é uma transformação de si desde o processo construído na gestação, no qual ela vai se tornando outra mulher, além de surgir a responsabilidade de deixar um legado ao mundo. A interlocutora narrou a vergonha como sentimento presente na sua vivência universitária enquanto mulher mãe, pela reação dos professores à atenção dada por colegas de classe ao seu filho, mas segundo a colaboradora, no geral ela sempre foi bem recebida por docentes e colegas de sala.

A discente da universidade discorre que sua vida se transformou muito ao se tornar mãe, tanto que se refere aos aspectos de rotina, que mudaram completamente, até planos de fazer mestrado em outro país, e para além disso:

Agora eu vivo, pelo menos enquanto ele tá nessa fase que depende totalmente de mim, eu vivo pra ele. Aí de corpo mesmo depois da gravidez o corpo muda, eu não engordei, aliás eu emagreci 8kg depois da minha gestação, fiquei bem magrinha, nem engordei muito depois. O corpo muda, muda, não sei, sei que muda muito, eu me acho muito diferente do que eu era corporal mesmo. E a rotina mudou completamente do que era, acordo pra cuidar dele, quando eu

volto, volto pra cuidar dele, Ave Maria, tanta coisa. (Malía, entrevista, 19/11/2019, Natal).

A sujeita-guia colocou que ser uma mulher mãe universitária é muito desafiador, já que exercer esses papéis e trabalhar traz um peso/desgaste na maternagem e na própria vida estudantil, na medida em que ela, por exemplo, não consegue se dedicar da forma que gostaria enquanto estudante mesmo com o apoio que tem da família (essencialmente exercido por mulheres). No que tange a possíveis medidas de auxílio à sua vivência e de discentes como ela, colocou:

Sabe o que seria bom? Curso pra gestante, eu tentei fazer aqui na universidade, mas era só pra servidor, eu queria muito ter feito [...] uma mulher pegou meu número e falou comigo e fez ‘você é servidora?’, aí eu fiz ‘não, sou aluna’, e ela disse que era só pra servidora. Eu acho muito bom [...] atividades pra gestantes, eu quis fazer aquele da bola... esqueci o nome, pilates, acho que é pilates, e é super caro e aqui a gente tem cursos que podia abrir por exemplo, estar voltado pra esse público porque é muita gente, e pra aluno né? que só servidor só servidor... mães gestantes que têm matrícula ativa, até pra comunidade. (Malía, entrevista, 19/11/2019, Natal).

Malía foi a única entrevistada que amamentou durante todo o período na UFRN, e se adentra no tabu social da amamentação em ambientes públicos em alguns momentos da entrevista. Por ter vivenciado o período de vida do filho como mulher mãe universitária, ela fez uso ativo do único trocador presente no seu bloco de aulas e de um pessoal, e narrou também a necessidade de ampliação dele para mais banheiros/setores da universidade. Nesse momento da entrevista Malía pediu alguns minutos para pensar, aparentemente refletindo sobre suas próprias necessidades.

A discussão das narrativas de mulheres mães universitárias

A análise de cinco sujeitas-guia revela aspectos próprios em cada uma das narrativas: o recorte temporal presente em Lélia e Camila reflete uma maternagem diferente das de Marielle, Lilia e Malía; a especificidade do nível de especialização cursado por elas enquanto eram mães na UFRN também é diverso, na medida em que Lélia e Lilia como estudantes da pós-graduação enfrentam uma rotina universitária com menos disciplinas em comparação às outras mães-guia, estudantes de graduação.

As entrevistas buscaram apreender aspectos relativos a afetividades que essas sujeitas têm/tiveram como universitárias que são mães. Temáticas a exemplo do aborto, da autoridade médica e as afetividades dos filhos nesse processo não foram citadas de forma direta, mas era preciso abertura para que as sujeitas se sentissem à vontade para expressar histórias de vida caso quisessem. Cada momento trouxe aspectos diversos, e em Lélia o aborto emergiu pela primeira vez. Cabe ressaltar que nenhuma pergunta se referia à temática e que apesar do caráter dinâmico da entrevista semiestruturada, não me adentrei nele. Na busca pelo dialogar, o tema surgiu e foi citado como uma das partes que permeiam as maternagens: o não ser mãe aparece presente em mulheres da geração passada trabalhadas na pesquisa. Elencar esses aspectos e manter o cuidado como primordial na entrevista é um desafio, contudo, essa chuva de afetividades, questões, necessidades e problemáticas buscam refletir sobre as complexidades das maternagens.

Com exceção de Lília, as demais sujeitas colocaram que exercem/ram praticamente toda a responsabilidade com as crias enquanto universitárias, fato que gerou uma crise de identidade nessas mulheres. Nesse sentido, a sobrecarga de papéis é aspecto colocado por elas em todas as entrevistas. Segundo Elisabeth Badinter: “A mulher se apaga em favor da boa mãe que, doravante, terá suas responsabilidades cada vez mais ampliadas” (BADINTER, 1985, p. 205). O acúmulo de papéis e interseccionalidades sociais geram dificuldades de permanência no âmbito universitário na medida em que elas têm que tomar posse de diversos sentidos do “eu”.

No sentido da natureza e identidade do que é ser mãe, Adrienne Rich aponta: “Primeiro, essa mãe “natural” é uma pessoa sem identidade adicional, uma pessoa que pode encontrar sua principal gratificação em estar o dia todo com crianças pequenas, vivendo em um ritmo sintonizado com o delas” (RICH, 1986, p. 22, tradução da autora). As entrevistas apontam, nessa perspectiva, para a existência de aspectos afetivos experimentados de formas não lineares nas maternagens, já que elas são distintas, os quais corroboram também para existência da culpa por falhar a esse ideal social. É justamente na distinção e na fuga a esse modelo existente no imaginário social, mas inexistente nas práticas de cuidado, que as maternagens se encontram e dialogam entre si: o ideal de mãe na prática não cabe nas realidades dessas mulheres, pois elas são dotadas de interseccionalidades e afetividades que constroem as suas formas de cuidado.

Lélia, Marielle e Malía apresentam também uma intersecção de raça que influencia as suas vivências. A primeira citada e Camila possuem de forma mais nítida o recorte de pobreza e dificuldades no cuidado com os filhos em virtude das condições econômicas,

que divergem principalmente de Lília. Em todas as sujeitas-guia, mesmo com o recorte de geração que é interseccionalidade central na pesquisa, é possível perceber que existem sentimentos e dificuldades compartilhadas nas maternagens universitárias: a culpa, o acúmulo de funções, a vergonha e o medo nas suas experimentações de maternagens na UFRN.

A pluralidade dessas afetividades e a importância de uma rede de apoio podem ser entendidas a partir do recorte de gênero. Esse representa diversas consequências para experimentação da vida universitária por mulheres de forma desigual em comparação aos homens e entre as próprias mulheres entre si, que possuem lugares sociais diferentes considerando-se outras intersecções. A vivência com um companheiro traz a todas um recorte específico, seja ele marido ou não, que colabore mais ou menos com as tarefas de casa e cuidados com a cria, ou que no caso de Malía, tenha deixado o lar e a vivência desses aspectos de forma diária. Laura Pautassi, também nessa perspectiva, narra a relação entre cuidado, gênero e desigualdade:

Recuperando a noção de que nem toda desigualdade implica uma discriminação, torna-se extremamente complexo organizar uma casuística em que as discriminações do mundo público se referem a uma desigualdade prévia no mundo privado. É feita uma tentativa de esclarecer situações discriminatórias e de desigualdade, além de transcender o debate para propor direitos integrais e não um reconhecimento do direito ao cuidado como um direito particularíssimo -e, portanto, atribuível às mulheres-. (PAUTASSI, 2010, p. 28, tradução da autora).

Essas narrativas reafirmam os aspectos etnográficos colhidos acerca do despreparo das universidades no auxílio a mulheres mães que ocupam esse espaço, já que as políticas públicas apesar de serem essenciais para manutenção de mulheres de classes menos favorecidas economicamente, não são suficientes para gerar permanência, entendida aqui não apenas como continuidade da presença física em um espaço, mas no que se refere às experimentações de ambientes, que se não forem acolhedores e não geradores de violência, são espaços em que ocorrem cerceamentos, nos quais os corpos precisam resistir para existir.

Nesse sentido, a partir do conceito de cidades cuidadoras, emerge no trabalho um dos conceitos teorizados essenciais para a pesquisa: o de universidades cuidadoras. Essas seriam instituições de ensino superior públicas que assumem a sua parcela de cuidado com mulheres mães e suas crias, especialmente ao levar em consideração as narrativas daquelas

que não possuem uma rede de apoio ampla. Reconhecer e escutar os grupos que rompem diariamente com a ordem social é o primeiro passo para uma existência realmente democrática e plural na universidade, por isso, é preciso caracterizar de forma ampla esses corpos como pertencentes. Segundo María Nieves Rico e Olga Segovia, na discussão sobre cidades cuidadoras:

Isso implica considerar a situação de mulheres e homens, seus distintos interesses, necessidades e demandas, assim como os efeitos que determinadas ações dos governos locais podem ter sobre o fechamento das lacunas ou na reprodução da desigualdade socioeconômica e da cultura de privilégios na cidade. (RICO; SEGOVIA, 2017, p. 195, tradução da autora).

Nesse contexto, a universidade, enquanto agente social possivelmente cuidador, precisa se incluir na rede de apoio dessas estudantes. Isso sinaliza para desafios de diversos níveis, que apesar de complexos, cabe citação: direcionam-se ao que tange os aspectos físicos como espaços adequados; possibilidade de transporte das crias; na redefinição dos valores e formas de auxiliar essas mães; e apontam para o passo inicial fundamental que é a propagação da discussão dos aspectos dessas vivências para gerar uma consciência coletiva sobre essas (r)existências, além de um debate de pautas das intersecções citadas e que contemple outros marcadores sociais da diferença.

Considerações finais

Gerações distintas, imersas em um contexto caracterizado por problemáticas diferentes enfrentam especificidades. Diante das suas trajetórias/vivências, essas mulheres mães também apresentam questões diversas. Contudo, frente à problemática das maternagens, elas possuem pontos de convergência nas experimentações dos seus corpos na medida em que estes são dissidentes e estão imersos nas instituições de ensino superior públicas. Apesar do recorte temporal e da injeção de novas políticas públicas de auxílio, a ordem social ainda apresenta equações comuns que moldam as histórias e afetividades narradas, constituindo desafios passados e presentes para o debate da democratização do ensino superior público.

Ofertar auxílios na universidade é fundamental para permanências dos estudantes e a existência de um auxílio creche é essencial para renda de diversas mães universitárias vindas das classes populares, esses aspectos devem ter a sua importância fundamental

reconhecida e precisam ter uma abrangência equivalente a necessidade desses sujeitos sociais. Contudo, a permanência digna dessas mulheres mães é repleta de outros valores e morais para além do valor monetário que são preponderantes para geração da forma pela qual se dará vivência delas no espaço do ensino superior público. Nesse sentido, a existência de uma universidade cuidadora é essencial e carece de realização por parte das instituições de ensino e do corpo de pessoas que fazem parte delas.

Apesar de fazer diversos recortes, não foram discutidas as maternagens presentes em mulheres mães universitárias que são indígenas, quilombolas, pertencentes a religiões de matrizes africanas, de cidades do interior, moradoras de zonas mais periféricas na cidade, maternagens LGBTQ+ e diversas outras interseccionalidades essenciais para discorrer sobre a complexidade das maternagens perante as mudanças no ambiente universitário. Reafirmo, por fim, a sua existência dissidente e a necessidade de discorrer sobre essas narrativas de forma contínua em seus distintos recortes sociais, para um debate acadêmico que problematize e contribua em instâncias sociais para construção de maternagens plurais e que sejam acolhidas em todos os espaços.

Notas:

1. Trabalho desenvolvido no projeto de pesquisa 16691-2019 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: “Itinerários de mulheres mães e pessoas que cuidam de crianças dentro e fora da universidade: o acesso a direitos desde um olhar interseccional”.

Referências:

ALVES, Paulo César B; SOUZA, Iara Maria A. Escolha e Avaliação de Tratamento para Problemas de Saúde: considerações sobre o itinerário terapêutico. In: *Experiência de doença e narrativa* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

ARQUIVOS UFRN. *Resolução N° 027/2012-CONSEPE*, de 17 de abril de 2012. Disponível em: http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2016135181d2573009123b858d071cd4b/Res_027_2012_-_Aprova_Modificacoes_na_Resolucao_n_169_2008.pdf. Acesso em 12 dez. 2019.

ARQUIVOS UFRN. *Resolução N° 169/2008-CONSEPE*, de 02 de dezembro de 2008. Disponível em: http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2015109006e17826902809c45593fc82c/Resolucao_169_de_20081_1.pdf. Acesso em 12 dez. de 2019.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.15, 1975, p. 47-77, dez. 1975.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam*. Tradução de Magda Guadalupe dos Santos e Sérgio Murilo Rodrigues. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v.6, n.11, p. 12-16, 1. sem. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei Nº 7.187-A*, de 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=77871CF8121E2249AC29ADF29222BE64.proposicoesWebExterno2?codteor=1627896&filena me=Avulso+-PL+7187/2017. Acesso em 12 dez. de 2019.

CAMILA. Entrevista. Realizada pela autora. [nov.2019]. (58m22s). Natal, 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. *Revista Ciência e Saúde Coletiva para a Sociedade*, p. 959-966, maio 2010. Disponível em: <https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/aborto-no-brasil-uma-pesquisa-domiciliar-com-tecnica-de-urna/5593?id=5593>.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(2), p. 653-660, 2017.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESTEBAN, Maria Luz. Etnografía, itinerário corporales y cambio social: apuntes teóricos y metodológicos. In: Miren Martínez (Coord.) *La materialidad de la identidad*. Donostia: Hariadna Editorial, 2008.

GILLIGAN, Carol. El daño moral y la ética del cuidado. In: Cuadernos de la Fundació Victor Grífols i Lucas. *La ética del cuidado*, n. 30, Barcelona, 2013.

GUEDES, Moema de Castro. *Na medida do (im)possível: família e trabalho entre as mulheres de nível universitário*. Tese de doutorado. UNICAMP. São Paulo, 2009.

HAYS, Sharon. *The Cultural Contradictions of Motherhood*. New Haven & London: Yale University Press, 1996.

JORGE, Alzira; MOEBUS, Ricardo; SILVA, Rosania. Nas trilhas da usuária Gil. In: *Avaliação Compartilhada do cuidado de si em saúde: surpreendendo o instituto nas redes/organização*: Laura Camargo M. Feuerwerker, Débora C. Bertussi, Emerson E. Merhy. Rio de Janeiro: Hexis, 2016.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do Feminismo*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LÉLIA. Entrevista. Realizada pela autora. [nov.2019]. (49m58s). Natal, 2019.

LILIA. Entrevista. Realizada pela autora. [nov.2019]. (52m39s). Natal, 2019.

MALÍA. Entrevista. Realizada pela autora. [nov.2019]. (50m43s). Natal, 2019.

MARIELLE. Entrevista. Realizada pela autora. [nov.2019]. (1h02m43s). Natal, 2019.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. Castro e Costa, L.C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MENDONÇA, Maria Collier de. *A Maternidade na Publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto*. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica - PUC/SP, 2014.

O'REILLY, Andrea. *Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice*. Paperback, Bradford, ON: Demeter Press, 2016.

PAUTASSI, Laura. *Cuidado y derechos: la nueva custión social*. In: Cuadernos de la CEPAL, n. 94, 2010.

PLANALTO. *Decreto N° 7.234*, de 19 de Julho de 2010: Dispõe sobre o PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 12 dez. 2019.

RICH, Adrienne. *Of woman born*. Norton & Company Ltd, London. Norton paperback edition published 1986; reissued 1995.

RICO, María Nieves; SEGOVIA, Olga. *Hacia ciudades cuidadoras*. In: *¿Quién cuida em la ciudad?: aportes para políticas urbanas de igualdad*. CEPAL, 2017.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Tradução: Christine Rufino Dabat; Edileusa Oliveira da Rocha; Sonia Corrêa. Recife: Editora SOS Corpo, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCOTT, Parry. Gerações e famílias: Polissemia, mudanças históricas e mobilidade. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília. 25, n. 2, maio/ago. 2010.

VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. *Narrativas sobre abortos: uma pesquisa sobre segredos*. *Revista Interseções*, Rio de Janeiro. 15, n. 2, p. 463-477, dez. 2013.

Recebido em 31 de julho de 2020

Aceito em 04 de fevereiro de 2021